

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO DE 2007

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS

## Senhores Acionistas,

A exemplo dos exercícios anteriores, a TELEBRÁS, no decorrer do exercício de 2007, deu continuidade à execução das ações essenciais ao seu funcionamento, considerando a situação da Empresa sem ativos operacionais.

No intuito de oferecer, de forma transparente, aos acionistas e aos demais interessados, relate-se, a seguir, em destaque pela sua relevância, o encaminhamento e a atualização dos assuntos a ela associados:

## 1 - ATIVIDADES DA EMPRESA

Sobre esta questão, cabe destacar que a Empresa continua em atividade, conforme Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis.

## 2 – FINANÇAS

- Estrutura patrimonial e financeira**

A Empresa encerrou o exercício de 2007, conforme quadro abaixo, com um Patrimônio Líquido negativo e prejuízo em decorrência principalmente da apropriação de despesas com provisões judiciais e a redução do resultado financeiro.

R\$ milhões

Rubricas	EXERCÍCIOS										
	2007			2006			2005			2004	
	R\$	V%	H%	R\$	V%	H%	R\$	V%	H%	R\$	V%
Ativo circulante	101,4	44,1	( 8,6)	111,0	47,2	(35,2)	171,4	58,6	5,2	163,0	56,8
Realizável longo prazo	128,2	55,8	3,4	124,0	52,8	2,4	121,1	41,4	(2,3)	123,9	43,2
Imobilizado	0,3	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do ativo</b>	<b>229,9</b>	<b>100,0</b>	<b>(2,1)</b>	<b>235,0</b>	<b>100,0</b>	<b>(19,7)</b>	<b>292,5</b>	<b>100,0</b>	<b>2,0</b>	<b>286,9</b>	<b>100,0</b>
Passivo circulante	83,8	36,5	9,8	76,4	32,5	21,3	63,0	21,5	(20,1)	78,8	27,5
Exigível longo prazo	309,7	134,7	3,9	298,0	126,8	173,6	108,9	37,3	7,7	101,1	35,2
<b>Total passivo exigível</b>	<b>393,5</b>	<b>171,2</b>	<b>5,1</b>	<b>374,4</b>	<b>159,3</b>	<b>117,8</b>	<b>171,9</b>	<b>58,8</b>	<b>(4,4)</b>	<b>179,9</b>	<b>62,7</b>
Passivo a descoberto/ Patrimônio líquido	(163,6)	(71,2)	17,4	(139,4)	(59,3)	(215,6)	120,6	41,2	12,7	107,0	37,3
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>229,9</b>	<b>100,0</b>	<b>(2,1)</b>	<b>235,0</b>	<b>100,0</b>	<b>(19,7)</b>	<b>292,5</b>	<b>100,0</b>	<b>2,0</b>	<b>286,9</b>	<b>100,0</b>

Tais dados refletem o resultado da ação da Administração em preservar a integridade do patrimônio da TELEBRÁS ao longo do tempo, sem deixar de adotar medidas necessárias recomendadas pelos princípios da boa gestão, especialmente adotando postura conservadora em promover o adequado provisionamento quanto às ações judiciais avaliadas com risco de perda provável sem deixar de comentar, em notas explicativas, as ações judiciais avaliadas com risco de perda possível.

- **Estrutura econômica**

R\$ milhões

Rubricas	EXERCÍCIOS			
	2007	2006	2005	2004
<b>Receitas</b>	18,6	28,6	36,3	32,6
<b>Despesas</b>	(42,8)	(288,6)	(28,1)	(29,7)
<b>Resultado</b>	(24,2)	(260,0)	8,2	2,9

Com relação ao resultado econômico do exercício, destacam-se, além das receitas e despesas normais, as despesas relativas as contingências no valor de R\$ 17,8 milhões e a redução das receitas financeiras provenientes de aplicações com liquidez imediata, no valor de R\$ 7,7 milhões.

As receitas obtidas com as aplicações financeiras, única fonte de recursos da Empresa após a cisão ocorrida em 22.05.1998, tem sido suficientes para a manutenção do funcionamento da TELEBRÁS.

No presente exercício foi apurado prejuízo de R\$ 24,2 milhões. Em decorrência da permanência de prejuízos acumulados, não foi efetuado qualquer provisionamento para pagamento a título de dividendos aos acionistas e participação nos lucros aos empregados.

As demonstrações contábeis do exercício, assim como as respectivas notas explicativas e parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, são partes integrantes deste relatório.

- **Execução orçamentária**

Os esforços nesta atividade foram dirigidos ao gerenciamento dos recursos disponíveis e a realizar. Dentro deste contexto, mereceu especial atenção a gestão do orçamento controlado pelo Governo através do Programa de Dispêndios Globais – PDG/2007 o qual foi executado a contento dentro dos limites autorizados conforme sintetizado abaixo:

R\$ milhões

FONTES E USOS	REALIZADO	PDG APROVADO	REALIZAÇÃO %
<b> FONTE DE RECURSOS</b>			
<b>Receitas</b>	18,6	17,3	107,5
<b> USO DE RECURSOS</b>			
<b>Dispêndios Correntes</b>	42,8	45,0	95,1

- **Recuperação de impostos**

A TELEBRÁS possui tributos a recuperar da Receita Federal, no montante de R\$ 120,9 milhões em 31/12/2007, relativos a saldos de pedidos efetuados e a efetuar, referentes à restituição/compensação, dos quais 98% ainda não foram homologados, conforme Nota Explicativa nº 5. Após várias gestões junto à Receita Federal visando a agilização, homologação e recuperação dos mencionados tributos, a TELEBRÁS ingressou judicialmente em 07.06.2005 em desfavor da Fazenda Nacional, com ações de Restituição de Indébito relativos na sua maioria a saldos dos pedidos já efetuados, em conformidade com a Lei Complementar nº 118, de 09.02.2005.

### **3 - MERCADO**

Durante 2007 a TELEBRÁS municiou o mercado com informações e esclarecimentos sobre sua situação operacional, patrimonial e desempenho econômico-financeiro, a fim de possibilitar aos seus acionistas uma avaliação e acompanhamento sistemático de seus interesses, em conformidade com a Política de Divulgação e Negociação de Valores Mobiliários da TELEBRÁS.

- **Ações TELEBRÁS ON e PN**

As ações ordinárias nominativas - ON e preferenciais nominativas - PN de emissão da TELEBRÁS vêm sendo negociadas regularmente na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, sob os símbolos TELB3 e TELB4. Em 2007, foi registrado no mercado a vista um total de 94.051 negócios, envolvendo uma quantidade de 1,4 trilhão de ações e volume de recursos de R\$ 501,1 milhões. O preço médio durante 2007 foi de aproximadamente R\$ 0,15 (quinze centavos) por lote de mil ações ON e de R\$ 0,10 (dez centavos) por lote de mil ações PN. As ações escriturais ON e PN da TELEBRÁS permanecem custodiadas no Banco ABN AMRO Real S.A.

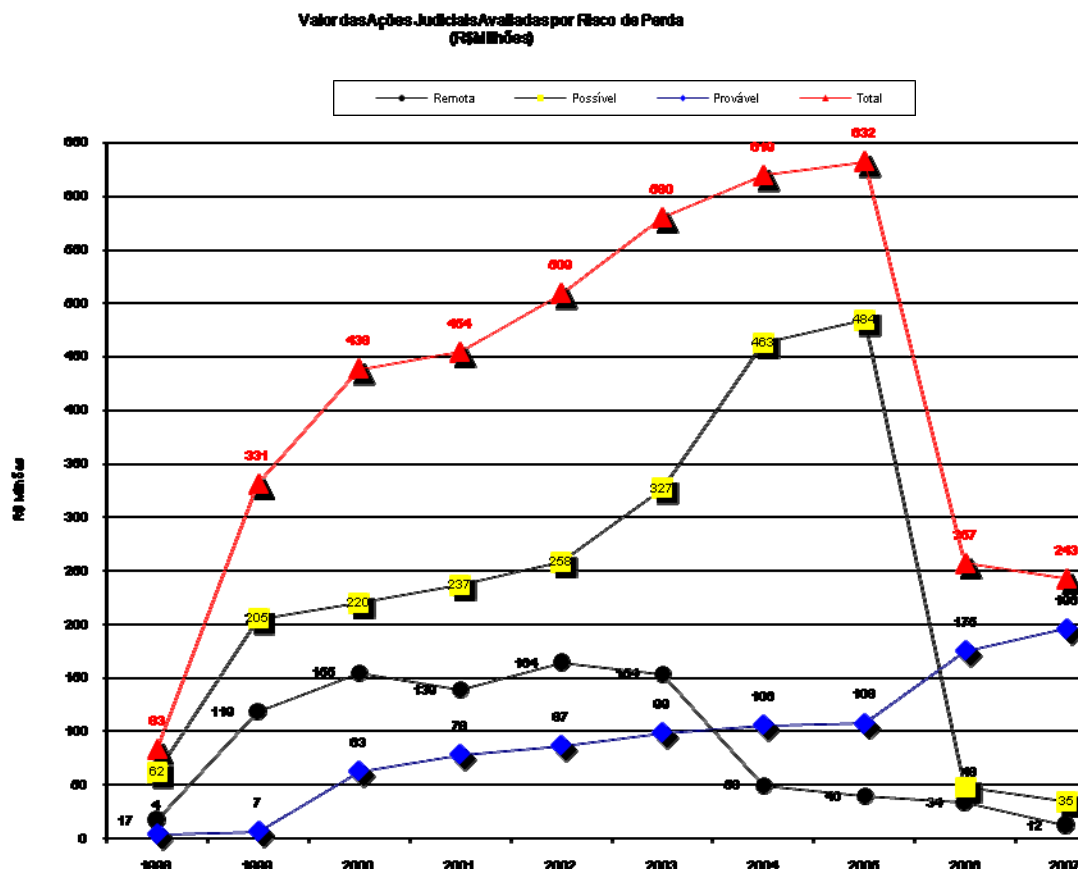
### **4 - JURÍDICO**

O contencioso judicial, por ser item mais importante dos quantos administrados pelos gestores, dado seu reflexo no patrimônio da Empresa, tem merecido atenção especial por meio de acompanhamento permanente e avaliação sistemática dos processos, pelo Departamento Jurídico da empresa, conforme consta da Nota Explicativa nº 12, bem como de adoção, tempestiva, de providências exigidas no âmbito processual.

Em 2007 foi implementado o Sistema de Acompanhamento e Controle de Contas Judiciais – ACCJ, como porta de entrada do Sistema de Acompanhamento e Avaliação de Ações Judiciais – SAAJ, visando o controle dos depósitos judiciais efetuados nos bancos autorizados, a sua variação monetária, o resgate e a vinculação com os processos judiciais, para fins de atender as exigências internas e externas da Empresa com maior transparência.

A TELEBRÁS responde por ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, perante diversos tribunais, sendo que em 31.12.2007 figurava como ré em 877 ações, sendo 433 trabalhistas, 441 cíveis e 3 ações tributárias. Além disso, a TELEBRÁS é autora em 54 ações, perfazendo um total de 931 processos judiciais.

A seguir demonstra-se graficamente a evolução dos valores das ações judiciais, com expectativa de perda para a Empresa.



## 5 - RECURSOS HUMANOS

- **Quadro de pessoal**

Durante o ano de 2007, houve uma redução de 18 empregados. O quadro a seguir demonstra a evolução do quantitativo de pessoal da empresa desde a privatização do Sistema TELEBRÁS.

POSIÇÃO	EFETIVO TOTAL	TELEBRÁS SEDE	CEDIDOS À ANATEL & OUTROS	REDUÇÃO % Em relação a jul/98
31/07/1998	1.093	433	660	0,00
31/12/1998	713	118	595	34,77
31/12/1999	566	57	509	48,22
31/12/2000	372	13	359	65,96
31/12/2001	364	9	355	66,70
31/12/2002	376	9	355	65,60
31/12/2003	336	10	326	69,26
31/12/2004	317	12	305	71,00
31/12/2005	287	9	278	73,74
31/12/2006	263	8	255	75,94
31/12/2007	245	6	239	77,58

- **Acordo coletivo**

O Acordo Coletivo de Trabalho com o SINTTEL-DF, relativo ao período de 01/12/2007 a 30/11/2008, encontra-se “sub judice” em face da ação de Dissídio Coletivo, proposta pela TELEBRÁS, em desfavor do SINTTEL-DF.

- **Fundação Sistel de Seguridade Social**

Conforme as características individuais mencionadas na Nota Explicativa nº 19 às Demonstrações Contábeis, a TELEBRÁS é patrocinadora dos seguintes planos: PBS-A, PBS – TELEBRÁS, PAMA, TELEBRÁSPREV.

## 6 - ADMINISTRAÇÃO

- **Instrução CVM nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003 - Auditoria Externa**

Com relação aos termos da Instrução CVM 381/03, a TELEBRÁS esclarece que no exercício de 2007 a KPMG - Auditores Independentes somente prestou serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis.

- **Uso da marca e logotipo da TELEBRÁS – Banco de Nova Iorque e Bolsa de Valores de Nova Iorque**

As medidas administrativas tomadas pela TELEBRÁS para que o The Bank of New York (“BNY”) deixasse de utilizar o nome TELEBRÁS relacionado ao título mobiliário HOLDR TBH (Telebrás Holdings), o qual vem sendo negociado desde 1998 na Bolsa de Valores de Nova Iorque, assim como em outras bolsas mundiais (exemplo: Bolsa de Valores de Frankfurt), fizeram com que o Banco de Nova Iorque mudasse o nome do título para Brazilian Telecom HOLDERS - HOLDR TBH. Em consequência desse uso indevido pelo BNY, tanto o nome como o logotipo da TELEBRÁS continuam sendo usados no site da Bolsa de Valores de Nova Iorque (“NYSE”) para identificar o título mobiliário TBH (TELEBRAS HOLDERS), além da indicação do *site* da Telebrás, da seguinte forma:



Website: <http://www.telebras.com.br>

A administração tem buscado solucionar a gestão, inclusive, avaliando a possibilidade de ingressar com ação judicial para impedir a continuidade do uso da marca e do logotipo da TELEBRÁS. Tem sido identificados sérios obstáculos na lei americana que rege a matéria.

- **Administração geral**

No aspecto da documentação e memória histórica da TELEBRÁS, continua o trabalho de preparação do acervo documental para encaminhamento ao Arquivo Nacional. A etapa de eliminação de documentos aguarda as devidas autorizações, como consta na Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991.

Na área de informática, foram mantidos os sistemas administrativos, bem como foram criados e modificados sistemas necessários ao funcionamento da TELEBRÁS, destacando-se o de Acompanhamento e Controle de Contas Judiciais – ACCJ.

Além disso, foram desenvolvidos durante o período de outubro a dezembro de 2007, trabalhos visando fornecer dados da folha de pagamento, contábeis e financeiros, em arquivos magnéticos no padrão da Delegacia da Receita Federal, relativos aos períodos de 2002 a 2006.

Ressaltamos também, a implementação do livro fiscal eletrônico para os contribuintes e substitutos tributários do Imposto sobre Serviços (ISS), com os dados do período de 2006 a 2007, exigido pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal.

Visando a redução de custos e otimização dos recursos, a Diretoria da empresa optou, após estudos realizados pela área de informática, pela compra de novos equipamentos e conseqüentemente, encerrando o contrato de locação.

Continuaram também em andamento nos órgãos competentes, os processos de baixa definitiva das inscrições e registros junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), relativos aos Centros Nacional e Regional de Treinamento e ao Centro de Pesquisa e Desenvolvimento – Campinas-SP. Foi baixada definitivamente a inscrição estadual do Centro Nacional de Treinamento-CNTr – Brasília-DF, relativa ao Imposto sobre Serviço – ISS, na Secretaria de Fazenda do Distrito Federal.

Com o presente relatório do resultado, das ações e medidas desenvolvidas durante o exercício de 2007, avaliadas e acompanhadas sistematicamente pelos órgãos afetos, a Administração da TELEBRÁS espera ter contribuído para bem informar com transparência e objetividade aos acionistas e ao mercado como tem sido sua política.

Cabe aqui registrar o reconhecimento de que os resultados alcançados são produtos do esforço e da dedicação de tantos quantos contribuíram e vem contribuindo para que a TELEBRÁS cumpra suas obrigações legais. Assim, os agradecimentos da Administração são dirigidos aos acionistas, ao Governo Federal, ao Ministério das Comunicações, aos Conselhos de Administração e Fiscal, ao Quadro Funcional e demais colaboradores.

**A ADMINISTRAÇÃO**

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2007</b>	<b>31/12/2006</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Disponibilidades	4	83.636	94.820
Tributos a Recuperar	5	2.544	3.084
Depósitos Judiciais	7	4.213	1.498
Outros Ativos Realizáveis	8	11.016	11.681
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>101.409</b>	<b>111.083</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			
Tributos a Recuperar	5	118.375	112.443
Depósitos Judiciais	7	9.852	11.501
<b>TOTAL DO ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>128.227</b>	<b>123.944</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>			
Imobilizado	9	301	-
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>128.528</b>	<b>123.944</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>229.937</b>	<b>235.027</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2007</b>	<b>31/12/2006</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	10	4.927	3.537
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	11	35.944	37.205
Provisão para Contingências	12	5.847	2.372
Credores por Perdas Judiciais	13	14.094	12.598
Outras Obrigações	14	23.082	20.663
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>83.894</b>	<b>76.375</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>			
Provisão para Contingências	12	190.677	172.320
Credores por Perdas Judiciais	13	118.942	124.704
Outras Obrigações		-	1.004
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>309.619</b>	<b>298.028</b>
<b>PASSIVO A DESCOBERTO</b>			
Capital Social	15	219.455	219.455
Prejuízos Acumulados		(382.920)	(358.720)
Ações em Tesouraria		(111)	(111)
<b>TOTAL DO PASSIVO A DESCOBERTO</b>		<b>(163.576)</b>	<b>(139.376)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>229.937</b>	<b>235.027</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**  
**CNPJ n.º 00.336.701/0001-04**  
**Companhia Aberta**  
**Demonstrações de Resultados**  
**Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006**  
**(Em milhares de reais)**

	<u>Nota</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<b>Receitas Operacionais</b>		<b>156</b>	<b>13</b>
Outras Receitas Operacionais	17	156	13
<b>Despesas Operacionais</b>		<b>(27.498)</b>	<b>(277.995)</b>
Despesas Gerais e Administrativas	17	(6.589)	(6.606)
Provisão para Contingências	12	(17.792)	(73.028)
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	11	(2.230)	(2.398)
Impostos, Taxas e Contribuições		(68)	(107)
Perdas com Ações Judiciais	17	(819)	(195.856)
<b>Prejuízo Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>		<b>(27.342)</b>	<b>(277.982)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>1.969</b>	<b>17.768</b>
Receitas Financeiras	17	17.223	28.386
Despesas Financeiras	17	(15.254)	(10.618)
<b>Prejuízo Operacional</b>		<b>(25.373)</b>	<b>(260.214)</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>		<b>1.173</b>	<b>197</b>
Outras Receitas Não Operacionais	17	1.173	197
<b>Prejuízo do Exercício</b>		<b>(24.200)</b>	<b>(260.017)</b>
<b>Quantidade de ações em circulação por lote de mil</b>		<b>556.429.222</b>	<b>556.429.222</b>
<b>Prejuízo por mil ações (em reais)</b>		<b>(0,043)</b>	<b>(0,467)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido/Passivo a Descoberto

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

	<b>Capital Social Realizado</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>Ações em Tesouraria</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido/Passivo a descoberto</b>
<b>Saldo em 31/12/2005</b>	<b>219.455</b>	<b>(98.703)</b>	<b>(111)</b>	<b>120.641</b>
Prejuízo do Exercício	-	(260.017)	-	(260.017)
<b>Saldo em 31/12/2006</b>	<b>219.455</b>	<b>(358.720)</b>	<b>(111)</b>	<b>(139.376)</b>
Prejuízo do Exercício	-	(24.200)	-	(24.200)
<b>Saldo em 31/12/2007</b>	<b>219.455</b>	<b>(382.920)</b>	<b>(111)</b>	<b>(163.576)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS**

CNPJ n.º 00.336.701/0001-04

Companhia Aberta

Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006

(Em milhares de reais)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<b>ORIGENS DE RECURSOS:</b>		
Aumento do Passivo Não Circulante	11.591	189.164
<b>TOTAL DAS ORIGENS</b>	<u>11.591</u>	<u>189.164</u>
<b>APLICAÇÕES DE RECURSOS:</b>		
Prejuízo do Exercício	24.200	260.017
Aumento do Ativo Não Circulante	4.584	2.862
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES</b>	<u>28.784</u>	<u>262.879</u>
<b>REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	<u>(17.193)</u>	<u>(73.715)</u>
<b>Variação do Capital Circulante</b>		
<b>Ativo Circulante</b>		
No Início do Exercício	111.083	171.415
No Fim do Exercício	101.409	111.083
	<u>(9.674)</u>	<u>(60.332)</u>
<b>Passivo Circulante</b>		
No Início do Exercício	76.375	62.992
No Fim do Exercício	83.894	76.375
	<u>7.519</u>	<u>13.383</u>
<b>REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	<u>(17.193)</u>	<u>(73.715)</u>

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006  
(Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

A TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRÁS é uma sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, vinculada ao Ministério das Comunicações, tendo sido constituída e iniciada suas operações em 9 de novembro de 1972 nos termos da autorização contida na Lei nº 5.792, de 11 de julho de 1972 foi controladora de 54 empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações, sendo 27 empresas de telefonia fixa, 26 empresas de telefonia celular e uma empresa de telefonia de longa distância, até a sua cisão em 22 de maio de 1998.

Em Assembléia Geral Extraordinária de 22 de maio de 1998, foi aprovada a cisão parcial da TELEBRÁS, resultando na constituição de 12 (doze) novas empresas controladoras, que foram privatizadas em 29 de julho de 1998, permanecendo não mais com a função de controladora do Sistema TELEBRÁS.

Em decorrência dessa cisão, ocorrida em 22 de maio de 1998 (data-base de 28 de fevereiro de 1998), a TELEBRÁS deixou de possuir ativos operacionais geradores de receita, mantendo-se, a partir de então, basicamente por meio de receitas obtidas em aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2007, a União detinha diretamente 76,46% das ações ordinárias com direito a voto e 47,60% de seu capital total, que, somados às participações detidas por outras empresas federais, totalizam 51,38% do capital.

Atualmente, a Empresa exerce todas as atividades institucionais como ente integrante da Administração Pública Federal. Responde pelo seu contencioso judicial, mantendo em seu quadro funcional, empregados cedidos com ônus para a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Presidência da República, Ministério das Comunicações, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Educação e Ministério dos Transportes. Cumpre, ainda, com todas as obrigações perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em função dos mais de dois milhões de acionistas, sendo a UNIÃO o acionista majoritário.

A Administração continua intensificando esforços para a redução de despesas para o funcionamento da Empresa, objetivando a preservação de sua permanência institucional, como previsto no Programa de Dispêndios Globais (PDG) do exercício de 2007 aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme Decreto nº 5.939 de 19 de Outubro de 2006, e, também não existe previsão de desequilíbrio financeiro até o final de 2008, conforme Programa de Dispêndios Globais (PDG) do exercício de 2008, aprovado pelo Decreto nº 6.251 de 06 de novembro de 2007.

Em 21 de dezembro de 2007 foi publicado nos jornais Correio Braziliense, Valor Econômico e Gazeta Mercantil, FATO RELEVANTE DE AVISO DE AUMENTO DE CAPITAL, sendo que dia 27 de dezembro de 2007 foi publicado nos mesmos jornais, o 2º FATO RELEVANTE, informando o valor de R\$ 200 milhões para capitalização pelo acionista majoritário, a UNIÃO.

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e, no que couber, com as normas aplicáveis às concessionárias de serviços públicos de telecomunicações.

## **3. Resumo das principais práticas contábeis**

### ***a. Disponibilidades***

As disponibilidades são investimentos em aplicações de liquidez imediata (diária) e estão registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado.

### ***b. Tributos a recuperar***

Os tributos a recuperar correspondem na quase totalidade ao imposto de renda retido na fonte por terceiros, a restituir pelo Governo Federal, ou a compensar com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, e estão registrados ao valor esperado de recuperação. Vide Nota Explicativa nº 5.

### ***c. Imposto de renda e contribuição social***

A partir do exercício de 1998, a Empresa deixou de registrar contabilmente os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, dada a incerteza de suas recuperações futuras. Vide Nota Explicativa nº 6.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro real e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, quando aplicável, limitadas a 30% do lucro real.

### ***d. Ativos realizáveis - Créditos***

Estão representados preponderantemente: i) pelos gastos com salários e encargos sociais incorridos com pessoal cedido como suporte para o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e outros Órgãos do Governo, de acordo com legislação específica, não sendo reconhecidos como despesas na Empresa, e sim como um direito a receber e ii) por aplicações em ações de companhias abertas, avaliadas pelo valor de mercado conforme a cotação informada pela Bolsa de Valores de São Paulo. Vide Nota Explicativa nº 8.

### ***e. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo***

São apresentados pelo valor provável de realização na data do balanço.

### ***f. Imobilizado***

O estoque de imobilizado destinado para uso futuro está demonstrado pelo custo de aquisição. Vide Nota Explicativa nº 9.

***g. Provisões e obrigações trabalhistas***

Os valores relativos às provisões de férias e demais obrigações com empregados são apropriados mensalmente e estão apresentados no passivo circulante na rubrica Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais. Vide Nota Explicativa nº 10.

***h. Provisões para contingências***

As contingências baseiam-se nas avaliações de risco de perda efetuadas pelos assessores jurídicos da TELEBRÁS nas ações judiciais em andamento na data do balanço. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na Nota Explicativa nº 12.

***i. Planos de benefícios pós-emprego***

As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. As demais considerações relativas aos planos de benefícios pós-emprego estão descritas na Nota Explicativa nº 22.

***j. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo***

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

***k. Apuração do resultado***

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

***l. Receitas (despesas) financeiras***

Representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, tributos a recuperar, depósitos judiciais e obrigações, como provisão para contingências passivas e perdas judiciais.

***m. Prejuízo e valor patrimonial por ação - VPA por mil ações***

O prejuízo e o VPA por mil ações foram calculados com base no número de ações em circulação na data do balanço patrimonial, sendo 346.399.225 mil (líquida de 19.366 mil ações em tesouraria) ações ordinárias e 210.029.997 mil ações preferenciais, totalizando 556.429.222 mil ações em 31 de dezembro de 2007 e 2006.

#### **n. Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis basearam-se em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos às referidas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, para o programa de desligamento de pessoal denominado “Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)” e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes daqueles estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas trimestralmente.

#### **4 Disponibilidades**

	<b>31/12/2007</b>	<b>31/12/2006</b>
Contas bancárias	50	25
Aplicações FRF - Curto prazo - BB – Extramercado	<u>83.586</u>	<u>94.795</u>
Total	<u>83.636</u>	<u>94.820</u>

#### **5 Tributos a recuperar**

No exercício, a movimentação da conta “tributos a recuperar” foi a seguinte:

<b>Contas</b>	<b>Saldo 31/12/06</b>	<b>Adições principal</b>	<b>Adições juros SELIC</b>	<b>Compensação débitos próprios</b>	<b>Saldo 31/12/07</b>
IRRF sobre aplicação financeira e saldo negativo de Imposto de Renda	82.059	2.037	4.394	(2.516)	85.974
IRRF sobre Juros Capital Próprio – JCP	30.557	5	1.306	-	31.868
Outros (Imposto sobre Lucro Líquido e IRRF sobre remessa para o exterior)	2.295*	-	100	-	2.395*
Contribuição Social	<u>616</u>	<u>-</u>	<u>66</u>	<u>-</u>	<u>682</u>
Total	<u>115.527</u>	<u>2.042</u>	<u>5.866</u>	<u>(2.516)</u>	<u>120.919</u>
Circulante	3.084				2.544
Longo prazo	112.443				118.375

\* Valor homologado pela Secretaria da Receita Federal.

No exercício de 2007, a Empresa efetuou a compensação de R\$ 2.516 (R\$ 4.281 em 2006) com débitos tributários próprios relativos a Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social, Imposto de Renda Retido na Fonte sobre assalariado e prestadores de serviço pessoa jurídica.

Do total dos créditos tributários em 31.12.2007, R\$ 108.101 (R\$ 103.386 em 31.12.2006) correspondem aos direitos creditícios cedidos para a Empresa VT UM Produções e Empreendimentos Ltda., por força de decisão judicial e efetuado por meio do Termo de Transação e Outras Avenças. Vide informações adicionais na Nota Explicativa no. 13.

## 6 Imposto de renda e contribuição social

### a. Demonstrativo do Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social, apropriadas no resultado durante os exercícios de 2007 e 2006 foram apuradas conforme demonstrado a seguir:

	2007		2006	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado contábil antes do IR e da CS	(24.200)	(24.200)	(260.017)	(260.017)
Adições permanentes	63	10	83	32
Exclusões permanentes	(96)	(96)	(126)	(126)
Diferenças temporárias	<u>20.122</u>	<u>20.122</u>	<u>62.303</u>	<u>62.303</u>
Adições temporárias:	<u>25.545</u>	<u>25.545</u>	<u>78.328</u>	<u>78.328</u>
Provisão contingências e encargos	22.550	22.550	74.841	74.841
Provisão fornecedores	49	49	86	86
Provisão PISP	2.230	2.230	2.398	2.398
V.M. Dep. Judiciais	500	500	992	992
Outras adições temporárias	21	21	11	11
Provisão Acordo Coletivo	195	195	-	-
Exclusões temporárias:	<u>(5.423)</u>	<u>(5.423)</u>	<u>(16.025)</u>	<u>(16.025)</u>
Provisão fornecedores	( 86)	( 86)	( 79)	( 79)
Provisão para contingências	( 718)	( 718)	( 8.488)	( 8.488)
Provisão PISP	( 3.492)	( 3.492)	( 5.039)	( 5.039)
VM de depósitos judiciais e outras	( 963)	( 963)	( 2.419)	( 2.419)
Ações Destinadas à Venda	( 164)	( 164)	-	=
Base de Cálculo Negativa	<u>(4.111)</u>	<u>(4.164)</u>	<u>(197.757)</u>	<u>(197.808)</u>



## **b. Créditos fiscais diferidos e não registrados**

A partir do exercício de 1998, a Empresa deixou de registrar contabilmente os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, com relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, dada a incerteza de suas recuperações futuras. Apresentamos a seguir o resumo dos créditos não registrados contabilmente:

<b>2007</b>				
<b>Natureza</b>	<b>Imposto de renda</b>		<b>Contribuição social</b>	
	<b>Base de cálculo</b>	<b>Tributo de 25%</b>	<b>Base de cálculo</b>	<b>Tributo de 9%</b>
<b>Créditos fiscais não registrados</b>				
Provisão para contingências	196.524	49.131	196.524	17.687
Provisão para programa desligamento de pessoal	35.944	8.986	35.944	3.235
Provisão para forn./perdas cred. rec./FINAM/outras	5.936	1.484	5.936	534
Prejuízo fiscal/base negativa	<u>231.842</u>	<u>57.960</u>	<u>232.250</u>	<u>20.902</u>
Total	<u>470.246</u>	<u>117.561</u>	<u>470.654</u>	<u>42.358</u>
<b>2006</b>				
<b>Natureza</b>	<b>Imposto de renda</b>		<b>Contribuição social</b>	
	<b>Base de cálculo</b>	<b>Tributo de 25%</b>	<b>Base de cálculo</b>	<b>Tributo de 9%</b>
<b>Créditos fiscais não registrados</b>				
Provisão para contingências	174.692	43.673	174.692	15.722
Provisão para programa desligamento de pessoal	37.205	9.301	37.205	3.348
Provisão para forn./perdas cred. rec./FINAM/outras	5.789	1.447	5.789	521
Prejuízo fiscal/base negativa	<u>227.731</u>	<u>56.933</u>	<u>228.086</u>	<u>20.528</u>
Total	<u>445.417</u>	<u>111.354</u>	<u>445.772</u>	<u>40.119</u>

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos a imposto de renda e da base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável (IR) e da base de cálculo positiva da contribuição social, em cada período-base.

## 7 Depósitos judiciais

### *Composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados (judiciais e extrajudiciais) às contingências passivas*

Natureza	A	B	A+B	
	Vinculados	Não vinculados	31/12/2007	31/12/2006
Cível	3.874	260	4.134	4.640
Trabalhista	6.088	1.980	8.068	7.587
Tributária	-	1.863	1.863	772
Total	<u>9.962</u>	<u>4.103</u>	<u>14.065</u>	<u>12.999</u>
Circulante	<b>3.610</b>	<b>603</b>	<b>4.213</b>	<b>1.498</b>
Não Circulante	<b>6.352</b>	<b>3.500</b>	<b>9.852</b>	<b>11.501</b>

Vide também Nota Explicativa nº 12.1.

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens contingentes referem-se a diversos processos em que a TELEBRÁS figura como ré ou autora.

## 8 Outros ativos realizáveis – classificados no circulante

	31/12/2007	31/12/2006
Pessoal cedido a recuperar – ANATEL	4.743	5.882
Pessoal cedido a recuperar - Órgãos Governamentais	1.128	548
Ações destinadas à venda	4.347	4.275
Adiantamento a empregados	112	152
Aplicações FRF - Curto prazo - BB - Extramercado	377	436
Outros	<u>309</u>	<u>388</u>
Total	<u>11.016</u>	<u>11.681</u>

O saldo a recuperar da ANATEL e de outros órgãos governamentais refere-se a salários mensais e os respectivos encargos e benefícios sociais relativos aos empregados cedidos. Estão inclusos valores referentes às provisões de férias, 13º salário e seus respectivos encargos, que são provisionados mensalmente.

O saldo referente às ações destinadas à venda corresponde a ações em carteira própria de companhias abertas de empresas de telecomunicações, avaliadas pelo valor de mercado e disponíveis para negociação.

## 9 Imobilizado

	31/12/2007	31/12/2006
Estoque de Imobilizado para Uso Futuro	301	-

Refere-se a equipamento de informática a entrar em uso a partir de janeiro de 2008. Desde o instante da cisão da Empresa em 1998, até o exercício de 2007, todos os bens móveis e equipamentos utilizados eram cedidos por terceiros ou locados.

## 10 Pessoal, encargos e benefícios sociais

	31/12/2007	31/12/2006
Salários e honorários a pagar	1.020	34
Consignação a recolher – parte empregados	468	208
Encargos sociais a recolher	474	200
Benefícios sociais a recolher	104	111
Provisões trabalhistas e encargos sobre férias	2.666	2.805
Provisão Acordo Coletivo	<u>195</u>	<u>179</u>
Total	<u>4.927</u>	<u>3.537</u>

## 11 Programa de indenização por serviços prestados (PISP)

Para adequar a Empresa ao período pós-privatização, para o exercício somente das funções essenciais ao seu funcionamento como empresa sem ativos operacionais, foi iniciado, em setembro de 1998, o programa de desligamento de pessoal denominado “Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)”. Esse programa tem por objetivo proporcionar suporte financeiro para os empregados da Empresa, inclusive os cedidos para a ANATEL e demais órgãos governamentais, quando do desligamento funcional e contempla as verbas decisórias e indenizatórias, as obrigações e em acordos coletivos de trabalho, bem como aquelas decorrentes de serviços prestados, tais como indenização pecuniária de alimentação, de assistência médica e de seguridade social.

Em 31 de dezembro de 2007, a provisão desse programa apresenta o saldo no passivo circulante de R\$ 35.944 (R\$ 37.205 em 2006). No exercício de 2007 foi provisionado no resultado o valor de R\$ 2.230 (R\$ 2.398 em 2006).

## 12 Contingências passivas

Em 31/12/2007, a TELEBRÁS é ré em 877 ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária (812 em 31/12/2006), perante diversos tribunais. Essas ações são permanentemente acompanhadas e avaliadas pela área jurídica da Empresa e a elas são atribuídas expectativas de perda, conforme a seguir, e com base nessas avaliações, é dado o seguinte tratamento contábil:

Expectativa da perda	Critério contábil	Quantidade de ações 31/12/2007
Provável	Provisionar e divulgar em Notas Explicativas	152
Possível	Não provisionar, porém divulgar em Notas Explicativas	307
Remota	Não provisionar, nem divulgar em Notas Explicativas	418

## 12.1. Contingências de perda provável (provisionadas)

### a. Contingências líquidas de depósitos judiciais

Natureza	Provisões	(-) Depósitos Judiciais	31/12/2007	31/12/2006
			Líquido	Líquido
Cível	185.945	(3.874)	182.071	162.054
Trabalhista	10.579	(6.088)	4.491	5.378
Total	<b><u>196.524</u></b>	<b><u>(9.962)</u></b>	<b><u>186.562</u></b>	<b><u>167.432</u></b>
Circulante	<b>5.847</b>	<b>(3.610)</b>	<b>2.237</b>	<b>874</b>
Não Circulante	<b>190.677</b>	<b>(6.352)</b>	<b>184.325</b>	<b>166.558</b>

Do saldo de R\$ 182.071 em 31/12/2007 de contingências cíveis provisionadas, líquidas dos depósitos judiciais (R\$ 162.054 em 31/12/2006), destaca-se R\$ 174.138 (R\$ 155.186 em 31/12/2006), referente a 8 ações judiciais que contestam a distribuição de dividendos efetuada pela Empresa e aprovada pelas AGOs de 1994 e 1995, questionando a não inclusão na base de cálculo dos dividendos, da reserva de correção monetária do capital social da TELEBRÁS.

Destacam-se também duas ações cíveis, relevantes, uma delas no valor de R\$ 3.949 em 31/12/2007 (R\$ 3.500 em 31/12/2006), onde são requeridas diferenças de ações da Empresa, decorrente de conversão de debêntures em aumento de capital social impugnado em 1990; e outra no valor de R\$ 2.338 em 31/12/2007 (R\$ 2.074 em 31/12/2006) referente a ilegalidade na transferência/venda de ações da Empresa.

As ações trabalhistas referem-se preponderantemente a requerimento de pagamento de expurgos inflacionários do cálculo da multa de 40% sobre os saldos de FGTS.

### b. Movimentação das provisões para contingências

<b>Saldo de 31.12.2005</b>	<b>108.340</b>
Adições Líquidas	73.028
Baixas	(8.488)
Atualização Monetária	1.812
<b>Saldo de 31.12.2006</b>	<b>174.692</b>
Adições Líquidas	17.792
Baixas Contra Depósitos Judiciais	(718)
Atualização Monetária	4.758
<b>Saldo em 31/12/2007</b>	<b>196.524</b>
<b>Circulante</b>	<b>5.847</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>190.677</b>

**c. Movimentação dos depósitos judiciais vinculados às provisões para contingências**

<b>Saldo de 31.12.2005</b>	<b>15.928</b>
Adições Líquidas	(1.563)
Baixas	(8.488)
Atualização Monetária	1.383
<b>Saldo de 31.12.2006</b>	<b>7.260</b>
Adições Líquidas	3.050
Baixas	(914)
Atualização Monetária	566
<b>Saldo em 31/12/2007</b>	<b>9.962</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.610</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>6.352</b>

**12.2. Contingências de risco possível (não provisionadas)**

<b>Natureza</b>	<b>31/12/2007</b>	<b>31/12/2006</b>
Cível	13.194	28.470
Trabalhista	6.878	6.065
Tributária	<u>14.931</u>	<u>13.555</u>
Total	<u>35.003</u>	<u>48.090</u>

Entre as 307 ações avaliadas como de perda possível em 31/12/2007 (436 em 31/12/2006), que se dividem em 124 ações cíveis, 180 ações trabalhistas e 3 ações tributárias, destacamos as mais relevantes, conforme a seguir:

- Pleito referente a pagamento de diferenças de valores entre as ações da TELEBRÁS pelo valor patrimonial e as ações das operadoras de telefonia do ex-Sistema TELEBRÁS pelo valor de mercado, decorrentes de contratos de participação financeira (autofinanciamento), capitalizados no aumento de capital promovido em 1997, representando R\$ 1.728 (R\$ 1.657 em 31/12/2006), referente a 16 ações cíveis.
- Pleito referente à declaração de direito a indenização por invalidez/perdas e danos no valor de R\$ 2.002 (R\$ 10.160 em 31/12/2006), relativo a 18 ações cíveis.
- Pleito referente à anulação decorrente de multa contratual, relativo a uma ação cível, no valor de R\$ 4.377, adicionada no exercício de 2007.
- Pleito referente a outras ações cíveis, no valor de R\$ 5.087 (R\$ 6.596 em 31.12.2006), relativo a 89 ações.
- Pleito referente à cobrança de FGTS - 40% sobre o Plano Collor no valor de R\$ 3.610 (R\$ 3.544 em 31/12/2006), relativo a 110 ações trabalhistas.
- Pleito referente a outras ações trabalhistas, no valor de R\$ 3.268 (R\$ 2.521 em 31.12.2006), relativo a 70 ações.
- Pleito referente à cobrança de tributos pela Secretaria da Receita Federal, no valor de R\$ 14.011 (R\$ 13.555 em 31/12/2006), relativo a autuação fiscal referente a IRRF não descontados em folha de pagamento sobre empréstimos de férias.
- Pleito referente a outras ações tributárias, no valor de R\$ 920, relativo a dois processos.

Durante o exercício de 2007, ocorreram reduções significativas nas contingências avaliadas com risco de perda possível, nas quais destacamos as principais classes: a) uma ação cível no valor de R\$ 10.413 (R\$ 10.057, em 31/12/2006), referente a pleito de indenização de alocação decorrente de ativos na cisão parcial da TELEBRÁS em 1998, tendo em vista sentença favorável a TELEBRÁS e b) reavaliação de 23 ações cíveis no valor de R\$ 8.158 (R\$ 10.160, em 31/12/2006, referente a pleito à declaração de direito a indenização por invalidez/perdas e danos, suportadas por decisão dos assessores jurídicos, sendo que 5 ações foram transferidas de área de direito cível para trabalhista, no valor de R\$ 412.

### 13 Credores por perdas judiciais

Trata-se de obrigação formalizada por meio do Termo de Transação e Outras Avenças, decorrente de sentença judicial, firmado com a Empresa VT UM Produções e Empreendimentos Ltda., conforme fato relevante publicado em 14/06/2006 na Gazeta Mercantil. O valor total da obrigação, na data do balanço, está composto da seguinte forma:

<b>Natureza</b>	<b>31/12/2007</b>	<b>31/12/2006</b>
Valor parcelado – (13 parcelas)	14.094	12.598
<b>Circulante</b>	<b>14.094</b>	<b>12.598</b>
Valor parcelado – (10 parcelas)	10.841	21.318
Valor lastreado por direitos creditícios de natureza tributária	108.101	103.386
<b>Não Circulante</b>	<b>118.942</b>	<b>124.704</b>
<b>Total geral</b>	<b>133.036</b>	<b>137.302</b>

Conforme previsto no referido Termo, o valor dos direitos creditícios de natureza tributária vinculados a esta obrigação (R\$ 108.101 em 31/12/2007 e R\$ 103.386 em 31/12/2006) e que se referem a créditos de saldos de processos de pedidos de restituição/compensação à Receita Federal, somente serão transferidos ao credor após a efetivação das respectivas realizações financeiras, condicionadas ao sucesso dos pleitos.

### 14 Outras obrigações – Passivo Circulante

	<b>31/12/2007</b>	<b>31/12/2006</b>
Empresas de telecomunicações – cisão – 1998*	21.663	19.432
Fornecedores de materiais e serviços	599	525
Consignações a favor de terceiros	314	252
Diversas obrigações	<u>506</u>	<u>454</u>
<b>Total</b>	<b>23.082</b>	<b>20.663</b>

\* Refere-se a valores recebidos por conta de empresas de telecomunicações pendentes de acertos contábeis mediante parecer jurídico, em fase de elaboração.

### 15 Passivo a descoberto

#### a. Capital social

Em 31/12/2007 e 31/12/2006, o capital social no valor R\$ 219.455, subscrito e integralizado, compõe-se de 556.448.588 mil ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	<b>31/12/2007</b>	<b>31/12/2006</b>
Ações ordinárias – Milhares	346.418.591	346.418.591
Ações preferenciais – Milhares	<u>210.029.997</u>	<u>210.029.997</u>
Total	<u>556.448.588</u>	<u>556.448.588</u>
Valor patrimonial por mil ações - R\$	<u>(0,294)</u>	<u>(0,250)</u>

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, a Empresa possuía 19.366 mil ações ordinárias em tesouraria.

### **b. Dividendos**

Nos termos do Estatuto Social, a ação preferencial não tem direito a voto, exceto na situação prevista em lei, sendo a ela assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor do capital social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Empresa e a permanência dos prejuízos acumulados até então, deixou de ser efetuado o cálculo e distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

## **16 Instrumentos financeiros**

A Empresa não possui operações com derivativos. A Empresa possui como instrumentos financeiros as aplicações financeiras de curto prazo, as quais são avaliadas ao custo, acrescido de rendimentos até a data do balanço, cujas taxas negociadas eram compatíveis com as condições de mercado (R\$ 83.963 em 31/12/2007 e R\$ 95.231 em 31/12/2006) e também as ações destinadas à venda, avaliadas a valor de mercado (R\$ 4.347 em 31/12/2007 e R\$ 4.275 em 31/12/2006), cujas ações estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

## **17 Composição das principais rubricas da demonstração de resultados**

### **17.1 Outras receitas operacionais**

	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Recuperação de Contingências Judiciais	130	-
Outras despesas recuperadas	<u>26</u>	<u>13</u>
Total	<u>156</u>	<u>13</u>

### **17.2 Despesas gerais e administrativas**

	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Serviços de terceiros	3.792	3.727
Pessoal, encargos e benefícios sociais	2.013	1.945

Aluguéis	608	682
Outros	<u>176</u>	<u>252</u>
Total	<u>6.589</u>	<u>6.606</u>

### 17.3 Despesas com Perdas Judiciais

	2007	2006
Ação da VT UM	-	195.628
Outras perdas não provisionadas e ajustes	<u>819</u>	<u>228</u>
Total	<u>819</u>	<u>195.856</u>

### 17.4 Resultado Financeiro

	2007	2006
Receitas financeiras:		
De aplicações com liquidez imediata	10.232	17.948
De tributos a recuperar	5.864	6.988
De depósitos judiciais	963	2.419
De ações destinadas à venda	<u>164</u>	<u>1.031</u>
Total	<u>17.223</u>	<u>28.386</u>
Despesas financeiras:		
Credores diversos - empresas de telecomunicações	(2.231)	(2.404)
De CPMF	( 192)	( 465)
De Contingências – Variação Monetária	(4.758)	(1.812)
De Perdas Judiciais – Variação Monetária	(7.999)	(5.868)
De Outros Passivos	<u>(74)</u>	<u>(69)</u>
Total	<u>(15.254)</u>	<u>(10.618)</u>
Resultado Financeiro	<u>1.969</u>	<u>17.768</u>

### 17.5 Outras receitas não operacionais

	2007	2006
Obrigações prescritas com autofinanciamento	1.004	-
Dividendos/JCP	155	197
Outras	<u>14</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.173</u>	<u>197</u>

O valor de R\$ 1.004 refere-se a obrigações prescritas, relativas a autofinanciamento de investidores não identificados, efetuados anteriormente à cisão da Empresa, ocorrida em 1998.

## 18 Remuneração de dirigentes e empregados

A remuneração paga a dirigentes e empregados observa os critérios estabelecidos na legislação vigente e no Plano de Salários e Benefícios, aprovado pela TELEBRÁS.



No exercício de 2007, a maior e a menor remuneração paga a empregados do quadro de pessoal da Empresa, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$ 12,8 e R\$ 1,2, respectivamente, e o salário médio foi de R\$ 4,1.

Para os dirigentes, a maior remuneração paga, relativa ao mês de dezembro de 2007, foi de R\$ 17,1, e desse total, R\$ 5,4 corresponderam às parcelas não sujeitas ao limite remuneratório previsto no Decreto-Lei nº 2.355/87 e Lei nº 8.852/94.

## 19 Planos de benefícios pós-emprego

### a. Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)

A TELEBRÁS e outras Empresas do antigo Sistema TELEBRÁS patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL). Até dezembro de 1999, todas as patrocinadoras dos planos administrados pela SISTEL eram solidárias em relação a todos os planos então existentes. Em 28 de dezembro de 1999, as patrocinadoras dos planos administrados pela SISTEL negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora e manutenção da solidariedade apenas para os participantes já assistidos e que se encontravam em tal condição em 31 de janeiro de 2000, resultando em uma proposta de reestruturação no Estatuto e Regulamento da SISTEL, a qual foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar em 13 de janeiro de 2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da Sistel visaram a adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de Entidade Multipatrocinada, haja vista a nova realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRÁS.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em “**Plano PBS - A**” e “**Planos de Patrocinadoras**”. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL a partir de 1º de fevereiro de 2000.

A partir de dezembro de 2000, atendendo ao que dispõe os art. 5º e 6º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, passou a ser utilizada, na determinação do custeio desses planos, a paridade contributiva entre patrocinadora e empregados, decisão que foi ratificada pelo Conselho de Curadores da Fundação Sistel de Seguridade Social em Reunião Extraordinária realizada em 29 de novembro de 2000, passando a contribuição previdencial devida pela patrocinadora a ser de 8% (oito por cento) sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano.

Assim, a TELEBRÁS é patrocinadora dos seguintes planos:

- **PBS – A**

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos das patrocinadoras, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes de todas as patrocinadoras assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS), já aposentados até 31 de janeiro de 2000, mantida a solidariedade de todas as patrocinadoras do plano, entre si, e com a Sistel.

- **PBS – TELEBRÁS**

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRÁS, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31 de janeiro de 2000 e vinculados ao Plano da TELEBRÁS, não mais havendo a solidariedade entre as patrocinadoras dos planos administrados pela Sistel.

- **PAMA**

Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA), constituído a partir de junho de 1991, com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS - Assistidos e PBS - Patrocinadoras, a custos compartilhados quando do uso dos benefícios. Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições das patrocinadoras a razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados aos planos PBS'S.

- **TELEBRÁSPREV**

É um plano misto de previdência complementar denominado TELEBRÁSPREV, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar, do Ministério de Previdência Social, em 3 de dezembro de 2002 na modalidade de contribuição definida para benefícios programáveis (aposentadorias) e benefícios de riscos (auxílio-doença, invalidez e pensão por morte), sendo composto por participantes que estavam no plano PBS-TELEBRÁS, e não está sujeito a aportes de recursos da TELEBRÁS, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro, que foi implantado no primeiro semestre de 2003.

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006 os planos apresentavam as seguintes posições contábeis:

- **PBS - TELEBRÁS e PBS - A**

	<u>PBS - TELEBRÁS</u>		<u>PBS-A</u>	
	<b>2007</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Provisões matemáticas e fundos	218.096	158.031	4.674.487	4.392.161
Outros exigíveis	<u>3.697</u>	<u>7.093</u>	<u>107.903</u>	<u>17.783</u>
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	221.793	165.124	4.782.390	4.409.944
(-) Total dos ativos dos planos	<u>247.938</u>	<u>217.134</u>	<u>7.147.645</u>	<u>6.378.065</u>
(=) Superávit acumulado	26.145	52.010	2.365.255	1.968.121

Durante o exercício de 2007 a Empresa efetuou contribuições ao Plano PBS-TELEBRÁS no montante de R\$ 175 (R\$ 185 em 2006).

A TELEBRÁS continua contribuindo como patrocinadora do PBS-TELEBRÁS pelo percentual de 6,67% sobre a folha de acordo com art. 1º da Resolução CGPC nº 01, de 20 de dezembro de 2000, fundamentado nos arts. 5º e 6º da Emenda Constitucional nº 20, de 16 de novembro de 1998. A SISTEL ressarciu à TELEBRÁS, no primeiro trimestre de 2006, as diferenças de percentuais sobre as contribuições recolhidas a maior entre 1º de janeiro de 2002 a 31 de outubro de 2005.

- **PAMA**

	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Fundos assistencial e administrativo	580.653	591.058
Outros exigíveis	<u>25.984</u>	<u>14.575</u>
Total dos fundos e outros exigíveis	<u>606.637</u>	<u>605.633</u>
Total dos ativos do plano	606.637	605.633

Durante o exercício de 2007 a Empresa efetuou contribuições ao PAMA no montante de R\$ 39 (R\$ 42 em 2006).

- **TELEBRÁSPREV**

	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Provisões matemáticas e fundos	396.130	335.261
Outros exigíveis	<u>1.033</u>	<u>1.364</u>
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	<u>397.163</u>	<u>336.625</u>
(-)Total do ativo do plano	<u>418.096</u>	<u>346.632</u>
(=) Superávit acumulado	20.933	10.007

Durante o exercício de 2007, a Empresa efetuou contribuições ao TELEBRÁSPREV no montante de R\$ 472 (R\$ 523 em 2006).

**b. Deliberação CVM 371 - Contabilização de Planos de Benefícios a Empregados**

Atendendo ao que dispõe a Deliberação CVM nº 371, divulgamos a seguir as informações sobre os planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela TELEBRÁS.

Apesar dos planos estarem superavitários, nenhum ativo ou resultado desses planos foi reconhecido pela patrocinadora, em razão da impossibilidade legal de reembolso desses ganhos.

**1) Conciliação dos Ativos e Passivos**

	<b>2007</b>			
	<b>PBS- ASSISTIDOS</b>	<b>PBS- TELEBRÁS</b>	<b>TELEBRÁSPREV</b>	<b>PAMA</b>
Total do passivo atuarial	301.060	67.607	173.291	28.436
Valor justo dos ativos	(484.768)	(227.124)	(315.250)	(13.015)
Valor presente das obrigações em excesso	(183.708)	(159.517)	(141.959)	15.421
Ajustes por diferimentos permitidos	(69.845)	-	(9.736)	-
Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(113.863)	(159.517)	(132.223)	15.421

	<b>2006</b>			
	<b>PBS- ASSISTIDOS</b>	<b>PBS- TELEBRÁS</b>	<b>TELEBRÁSPREV</b>	<b>PAMA</b>
Total do passivo atuarial	294.287	63.634	158.455	24.239
Valor justo dos ativos	(435.361)	(196.793)	(255.349)	(12.984)
Valor presente das obrigações em excesso	(141.074)	(133.159)	(96.894)	11.255
Ajustes por diferimentos permitidos	(54.669)	-	(19.473)	-
Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(86.405)	(133.159)	(77.421)	11.255

## **2) Movimentação do ativo/ passivo atuarial líquido**

	<b>PBS- ASSISTIDOS</b>	<b>PBS- TELEBRÁS</b>	<b>TELEBRÁSPREV</b>	<b>PAMA</b>
<b>(Ativo) passivo líquido em 31.12.2006</b>	<b>(86.405)</b>	<b>(133.159)</b>	<b>(77.421)</b>	<b>11.255</b>
Despesa (receita) reconhecida do resultado do ano anterior	(27.458)	(15.782)	(22.690)	1.161
Contribuição da Patrocinadora (Ganhos) ou perdas atuariais/imediato	-	(193)	-	(25)
	-	(10.383)	(32.112)	3.030
<b>(Ativo) passivo líquido em 31.12.2007</b>	<b>(113.863)</b>	<b>(159.517)</b>	<b>(132.223)</b>	<b>15.421</b>

## **3) Movimentação do passivo atuarial**

	<b>PBS- ASSISTIDOS</b>	<b>PBS- TELEBRÁS</b>	<b>TELEBRÁSPREV</b>	<b>PAMA</b>
<b>Passivo atuarial (Parcela BD) em 31.12.2006</b>	<b>294.287</b>	<b>63.634</b>	<b>118.635</b>	<b>24.239</b>
Custo do serviço corrente bruto com juros	-	365	140	56
Juros sobre obrigação atuarial	28.859	6.319	11.867	2.435
Benefícios pagos (Ganhos) ou perdas	(25.941)	(4.063)	(5.559)	(1.418)
	3.855	1.352	(2.273)	3.124
<b>Passivo atuarial em 31.12.2007</b>	<b>301.060</b>	<b>67.607</b>	<b>122.810</b>	<b>28.436</b>

#### 4) Movimentação dos ativos dos planos

	<b>PBS- ASSISTIDOS</b>	<b>PBS- TELEBRÁS</b>	<b>TELEBRÁSPREV</b>	<b>PAMA</b>
<b>Valor justo dos ativos (Parcela BD) em 31.12.2006</b>	<b>435.361</b>	<b>196.793</b>	<b>215.528</b>	<b>12.984</b>
Benefícios pagos	(25.942)	(4.063)	(5.560)	(1.418)
Contribuição de participante vertidas no ano	-	212	-	-
Contribuição de patrocinadora vertidas no ano	-	193	-	25
Rendimento efetivo dos ativos	75.349	33.990	54.801	1.424
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31.12.2007</b>	<b>484.768</b>	<b>227.125</b>	<b>264.769</b>	<b>13.015</b>

#### Plano de Assistência Médica ao Aposentado – PAMA

A Administração da Empresa, com base na opinião de seus consultores jurídicos e dos consultores jurídicos e atuariais da Sistel, entende que o compromisso das patrocinadoras do PAMA, com a Sistel, é de natureza não atuarial, caracterizando como um Plano de Contribuição Definida, posto que pode ser alterado no nível de cobertura ou até mesmo liquidado, se constatado que o ativo não corresponde à prestação de serviços previstos.

Embora a Empresa esteja suportada por opiniões de seus consultores jurídicos e atuariais, quanto à caracterização do PAMA como um plano de contribuição definida, não existe garantia de que questionamentos judiciais não poderão advir, resultando em um eventual contencioso futuro. Assim, a Administração da TELEBRÁS, objetivando ser transparente com os seus acionistas, informa que caso o PAMA tivesse de ser avaliado atuarialmente nos moldes de um plano de benefício definido, considerando a participação proporcional da TELEBRÁS nos ativos e passivos do plano multipatrocinado para 31 de dezembro de 2007, o valor estimado das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos do plano, e, portanto, seu eventual passivo atuarial contingente, seria da ordem de R\$ 15.420 (em 2006 de R\$ 11.255).

### 5) Despesas previstas para 2008

	<b>PBS- ASSISTIDOS</b>	<b>PBS- TELEBRÁS</b>	<b>TELEBRÁS PREV</b>	<b>PAMA</b>
Juros sobre obrigações atuariais	29.503	6.692	12.245	2.855
Rendimento esperado dos ativos do plano	(48.551)	(23.090)	(28.325)	(1.385)
(Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecido	(1.130)	-	-	-
Custo do serviço corrente (com juros)	-	396	122	62
Aumento do passivo (ativo) na adoção deste pronunciamento	-	-	(9.736)	-
Contribuições esperadas de participante	-	(205)	-	-
Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida	(20.178)	(16.207)	(25.694)	1.532

Não inclui despesa administrativa esperada para o próximo ano para todos os planos.

Ressaltamos que os valores demonstrados acima não serão objetos de registro contábeis pela Empresa.

**6) Premissas Atuariais adotadas nos cálculos em 2007**

	<b>PBS- ASSISTIDOS</b>	<b>PBS- TELEBRÁS</b>	<b>TELEBRÁSPREV</b>	<b>PAMA</b>
Taxa de desconto nominal da obrigação atuarial:	10,24%	10,24%	10,24%	10,24%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano:	10,29%	10,26%	10,83%	11,10%
Índice estimado de aumento nominal de salários:	Não Aplicável	4,00%	4,00%	Não Aplicável
Índice estimado de aumento nominal de benefícios:	4,00%	4,00%	4,00%	Não Aplicável
Taxa anual de crescimento dos custos médicos:	-	-	-	7,12%
Custo anual per capita dos serviços médicos R\$ (calculado na idade de 35 anos) - Grupo PCE	-	-	-	281
Custo anual per capita dos serviços médicos R\$ (calculado na idade de 35 anos) - Grupo PAMA	-	-	-	673
Agravamento na utilização dos serviços médicos (para cada 1 ano adicional de idade)	-	-	-	4,00%
Taxa anual estimada da inflação no longo prazo:	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT83 segregada por sexo	AT83 segregada por sexo	AT83 segregada por sexo	AT83 segregada por sexo
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos:	IAPB57	IAPB57	IAPB57	IAPB57
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Não Aplicável	Mercer Disability	Mercer Disability	Mercer Disability
Taxa de rotatividade esperada:	Não Aplicável	Nula	0,15/(tempo de serviço + 1), nula a partir de 50 anos	Nula
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	Não Aplicável	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano	-
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	-	-	-	5% ao atingir 52 anos de idade e 10 de participação; 3% cada ano subsequente, 100% na elegibilidade à aposentadoria normal.



## **20.1 Cessão de pessoal da TELEBRÁS para a ANATEL e outros Órgãos Governamentais**

Em 31 de dezembro de 2007 estavam cedidos 197 empregados à ANATEL (213 em 31/12/2006) e 41 para outros órgãos governamentais (41 em 31/12/2006), com ônus para as cessionárias, de acordo com o Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, e ainda um empregado cedido para o SINTTEL - Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal, com ônus para a TELEBRÁS, no total de 239 empregados cedidos.

Em 20 de maio de 2004, foi editada a Lei nº 10.871 (DOU de 21 de maio de 2004), que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras, e dá outras providências, a qual estabelece no seu § 2º do art. 27 - *“Os empregados das entidades integrantes da Administração Pública que na data da publicação da Lei estejam requisitados pelas Agências Reguladoras permanecerão nessa condição, inclusive no exercício de funções comissionadas e cargos comissionados técnicos, salvo devolução do empregado à entidade de origem, ou por motivo de rescisão ou extinção do contrato de trabalho”*.

## **20.2 Alteração da Lei das Sociedades por Ações a partir de 2008**

A Lei nº. 11.638, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007 alterou diversos dispositivos da Lei nº.6.404 (Lei das Sociedades por Ações). Essas alterações entraram em vigor em 1º de janeiro de 2008.

Dentre as principais alterações introduzidas, destacamos os seguintes assuntos que na avaliação da Administração da Empresa poderão modificar a forma de apresentação de nossas demonstrações contábeis e os critérios de apuração de nossa posição patrimonial e financeira e do nosso resultado a partir do exercício a findar-se em 2008:

- Foi extinta a obrigatoriedade da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR, sendo substituída pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC. No caso das companhias abertas a Demonstração do Valor Adicionado – DVA também foi introduzida como peça obrigatória.
- Foi criada a rubrica “ajustes de avaliação patrimonial” no Patrimônio Líquido. Serão considerados ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computados no resultado do exercício, em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

Adicionalmente foram alterados os critérios de avaliação do ativo e do passivo, com destaque para os seguintes pontos em relação a nossa Empresa:

- Itens de ativo e passivo provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, serão ajustados a valor presente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade;
- O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado, intangível e diferido deverá ser periodicamente avaliado para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios de taxas de depreciação, amortização e exaustão;
- Instrumentos financeiros “disponíveis para venda” ou “destinados à negociação” passam a ser avaliados a valor de mercado;
- Todos os demais instrumentos financeiros devem ser avaliados pelo seu custo atualizado ou ajustado de acordo com o provável valor de realização, se este for inferior.

A Administração da Empresa está em processo de avaliação dos efeitos que as alterações acima mencionadas irão produzir em seu patrimônio líquido e resultado do exercício de 2008, bem como levará em consideração as orientações e definições a serem emitidas pelos órgãos reguladores, em especial a CVM. Neste momento, a Administração entende não ser possível determinar os efeitos destas alterações no resultado e no patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.



**TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS**

**CNPJ nº. 00.336.701/0001-04**

**Companhia Aberta  
Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos  
Em 31 de dezembro de 2007 e 2006**

	2007	2006
Total do Ativo R\$	229.937 Mil	R\$ 235.027 Mil
Prejuízo R\$	(24.200) Mil	R\$ (260.017) Mil
Prejuízo por lote de mil ações R\$	(0,043)	R\$ (0,467)

**ADMINISTRAÇÃO**

**JORGE DA MOTTA E SILVA**

Conselheiro de Administração, Presidente da  
Empresa e Diretor de Relações com Investidores

**RONALDO DUTRA DE ARAÚJO**

Presidente do Conselho de Administração

**ANTONIO VICENTE DOS SANTOS**

Conselheiro de Administração

**LUIZ AWAZU PEREIRA DA SILVA**

Conselheiro de Administração

**ROBERTO MACEDO DE SIQUEIRA**

Conselheiro de Administração

**MINORU ODA**

Conselheiro de Administração

**MANOEL ELIAS MOREIRA**

Diretor Superintendente

---

**LORIVAL SOUZA DA SILVA**  
Gerente do Departamento de Controle

**REGINALDO ALVES MACHADO**  
Contador CRC-SP 80.775-T-DF

## Parecer dos auditores independentes

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS  
Brasília - DF

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5, a TELEBRÁS possui registrado, em 31 de dezembro de 2007, o montante de R\$ 118.524 mil (R\$ 113.232 mil em 31 de dezembro de 2006) correspondente a impostos a recuperar originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização depende da homologação dos pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Ressalta-se, também, que, conforme mencionado na mesma Nota Explicativa, a Companhia, por meio de contrato de termo de transação e outras avenças firmado em junho de 2006, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2007, é de R\$ 108.121 mil (R\$ 103.386 mil em 31 de dezembro de 2006).
5. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12, a TELEBRÁS responde por vários processos judiciais de naturezas cíveis e trabalhistas, os quais foram avaliados e classificados, pelos seus assessores jurídicos, segundo o grau de risco de perda para a Companhia. Com base nessas avaliações, foi constituída provisão para contingência apenas para os processos classificados como de risco de perda provável, enquanto para os de risco de perda possível somente foram divulgados seus montantes em nota explicativa. Em razão da relevância dos valores relacionados às ações classificadas como de perdas possível e remota e, portanto, não aprovionadas, a capacidade financeira e a solvabilidade da Companhia poderão vir a ser afetadas em decorrência da exigibilidade dessas obrigações, caso o desfecho das referidas ações seja desfavorável.

6. Conforme verificado por meio das demonstrações contábeis, a TELEBRÁS apresenta patrimônio líquido negativo e obrigações superiores aos valores de seus ativos. Essa situação, conjugada com o assunto mencionado no parágrafo anterior, resultará na incapacidade de a Companhia honrar seus compromissos e, conseqüentemente, continuar suas atividades, caso não seja efetuado um aporte de capital. O Governo Federal, por meio da edição, em 18 de dezembro de 2007, da Medida Provisória nº 405, abriu crédito extraordinário no valor de R\$ 200 milhões, para repasse na forma de participação da União no capital da TELEBRÁS, cuja integralização não ocorreu até a presente data. As demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades da Companhia e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando.

20 de fevereiro de 2008

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6-F-DF

Francesco Luigi Celso  
Contador CRC 1SP175348/O-5-S-DF

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebrás, nesta data, em cumprimento ao determinado nos incisos II e VII do Artigo 163 da Lei nº 6.404/76 e nos incisos II e VII do Artigo 53 do Estatuto Social da Empresa, examinou o **Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2007** (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Notas Explicativas). Com arrimo nos exames efetuados e considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, **KPMG Auditores Independentes**, o Conselho Fiscal, entendendo que as citadas demonstrações examinadas representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa, manifesta-se favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Brasília-DF, 26 de fevereiro de 2008.

---

GUILHERME SEVERIANO DE REZENDE VIEGAS  
Presidente do Conselho

---

JANIO CEZAR LUIZ POHREN  
Conselheiro

---

IRINEU PIRES SOBRINHO  
Conselheiro

---

MARIA TEREZA DE ASSIS LOPES  
Conselheira

---

RAQUEL CRISTINA FARIA  
Conselheira